

A indústria do turismo e a arte de governar neoliberal: territorialidades e gentrificação no bairro da Mouraria (Lisboa) e seus desdobramentos socioespaciais

Tourism industry and the neoliberal art of government: territorialities and gentrification in the Mouraria neighborhood (Lisbon) and its socio-spatial implications

Karine Gonçalves Carneiro* & Cecilia Castanharo Baraldi*

Resumo

Este artigo visa abordar as complexidades que envolvem as dinâmicas espaciais contemporâneas – no que concerne os processos de gentrificação de núcleos históricos urbanos – e seus efeitos sobre os territórios face à massificação da indústria do turismo a partir das considerações de Michel Foucault sobre a arte de governar. Tendo como objeto de estudo o núcleo histórico da Mouraria, em Lisboa, buscamos perceber se – e em que medida – ocorre o avanço das políticas de mercantilização da terra urbana e da moradia e dos processos de “des-re-territorialização” de populações nesta localidade, a partir da identificação e da análise dos mecanismos, táticas e estratégias biopolíticas vinculadas às formas de produção do espaço. A metodologia utilizada foi a cartografia realizada em temporalidades distintas: nos anos de 2012 e 2016. Essa análise em dois tempos propiciou o acompanhamento dos processos que buscamos compreender a partir das reconfigurações de parte do território lisboeta, tendo em vista as relações entre Estado e empresas. Assim, percebemos, de um lado, o incremento de medidas de financeirização do território adotadas pelo governo português – que tiveram como intuito transformar o antigo centro histórico da Mouraria em um espaço atrativo, cosmopolita e multicultural para a indústria do turismo – e, do outro, o avanço de novas formas de gestão dos espaços da cidade que tiraram partido dessas mesmas alterações. Desse modo, Lisboa vem, cada vez mais, sendo inserida no mercado concorrencial turístico entre cidades mundiais – estratégia central da arte de governar neoliberal no que se refere ao planejamento urbano.

Palavras-chave: Arte de Governar Neoliberal; territorialidade; gentrificação; turismo.

Abstract

This article aims to explore the complexities involved in contemporary spatial dynamics – concerning the processes of gentrification of urban historical nuclei and its effect in territories – due to the massification of the tourism industry through the considerations of Michel Foucault on the art of government. Having as object of study the historical core of Mouraria, in Lisbon, we tried to perceive if – and in what measure – the advance of commodification of urban land and housing policies take place as well as the processes of “de-re-territorialization” of populations in this locality, through the analysis of biopolitical mechanisms, tactics and strategies linked to the production of space. The methodology used was the cartography carried out in different temporalities: the years of 2012 and 2016. This analysis in two moments provided the follow-up of the processes that we sought to understand about the reconfiguration of part of the territory of Lisbon, in view of the relations between the State and companies. In this way, we perceived, in one hand, the increase in financial measures taken by the Portuguese government – with the intent to transform the old historical center of Mouraria into an attractive, cosmopolitan and multicultural space – and, on the other hand, the advance of new forms of city space management that took advantage of these changes. Thus, Lisbon has been inserted into the competitive tourism market among world cities – a central strategy of the neoliberal art of government regarding urban planning.

Keywords: Neoliberal Art of Government; territoriality; gentrification; tourism.



Introdução

Este artigo^[1] aborda as dinâmicas espaciais de núcleos históricos que vêm sendo alvo de remodelações frente a políticas de requalificação urbana com o intuito de promover o turismo a partir da transformação da cultura e do patrimônio em elementos para a inserção das cidades em um mercado concorrencial. De modo mais específico, trataremos do núcleo histórico do bairro da Mouraria, em Lisboa, Portugal. Para iniciar a discussão, serão explorados aspectos teórico-conceituais que tiveram como aporte principal Michel Foucault – filósofo francês – e Rogério Haesbaert – geógrafo brasileiro. A partir do primeiro autor, discutiremos os aspectos vinculados à arte de governar neoliberal e à biopolítica. Já os aspectos que cercam o conceito de territorialidade serão desenvolvidos a partir dos trabalhos de Haesbaert. Tais questões serão aplicadas na análise do bairro histórico lisboeta, a Mouraria, o que será contextualizado no momento seguinte. No cotejo desses dois momentos será feita uma análise com o intuito de perceber os mecanismos, táticas e estratégias biopolíticas vinculadas à produção de seus espaços, assim como as transformações socioespaciais pelas quais o bairro vem passando.

É importante destacar que os estudos relacionados a esta localidade foram desenvolvidos a partir do método cartográfico^[2] realizado em duas temporalidades. A primeira referente ao ano de 2012 e a segunda ao ano de 2016. O intervalo entre esses dois momentos possibilitou avaliar as repercussões no território e nas dinâmicas socioespaciais do avanço da indústria do turismo na Mouraria e os modos pelos quais novos mecanismos e estratégias de governamentalidade foram aprofundando o amálgama Estado-Empresas no cenário urbano.

Como base para a cartografia, a primeira etapa esteve vinculada a uma imersão que evidenciou as marcas dos

[1] O Trabalho Final de Graduação (TFG) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto intitulado “As Territorialidades da Gentrificação na Mouraria e seus Desdobramentos Socioespaciais – estudo de caso: Mouraria, Lisboa, Portugal” desenvolvido pela, naquele momento, aluna Cecília Castanharo Baraldi, sob a orientação da Profa. Dra. Karine Gonçalves Carneiro, no ano de 2017, foi a base para o desenvolvimento deste artigo.

[2] A cartografia como método de investigação se alicerça em sua potencialidade de desafiar os discursos dominantes sobre os territórios e, desse modo, dar visibilidade aos problemas que aparecem no curso do processo de pesquisa. Trata-se de uma metodologia de investigação, mas também de criação estética que possibilita o rompimento com as formas de representação tradicionais que

se vinculam a modos quantitativistas de representação e que, de modo geral, aprofundam a distância entre o que é vivido e o que é representado.

processos migratórios na região. No ano de 2012, a Mouraria era caracterizada, em parte relevante de seu território, pela presença de imigrantes de nacionalidades heterogêneas. Uma parcela dessa população ainda era oriunda da onda migratória do pós-guerra quando, em função dos baixos preços das habitações, a área se tornou atrativa para aqueles que vinham das antigas colônias portuguesas. Além disso, indianos, paquistaneses, árabes e chineses também ali se instalaram e passaram a desenvolver suas relações sociais e econômicas.

Já no segundo momento, ou seja, no ano de 2016, as atividades de pesquisa se alternaram entre, novamente, a imersão e o levantamento de dados relacionados às estratégias das políticas urbanas, de requalificação e de financeirização do território do bairro. Como mostraremos, este intervalo temporal, por um lado, pode ser considerado como relativamente curto na história da Mouraria, por outro, implica em as alterações socioespaciais de grande intensidade.

Territorialidade e arte de governar neoliberal

Em função das situações e dos processos percebidos e cartografados durante os dois momentos, as noções de territorialidade – e seus desdobramentos – e de arte de governar neoliberal mostraram-se de suma importância para o encaminhamento das análises que serão explicitadas. Em ambas noções, é latente a vinculação que as questões afetam ao território e à população assume na contemporaneidade, momento no qual a preocupação acerca das discussões sobre a produção do espaço passam a se conectar à transformação da terra urbana em commodity. Neste artigo, focaremos a concepção de território a partir de Rogério Haesbaert. Para o autor, tal concepção é constituída de três dimensões: jurídico-política, simbólico-cultural e econômica (HAESBAERT, 1997).

Antes de explorar cada uma delas, focaremos na etimologia

do termo, que decorre de dois sentidos distintos, um material e outro simbólico. Sob uma das conotações temos aquela em que a terra (territorium) é objeto de uma dominação resultante do controle jurídico-político. Sob a outra, o termo aparece sob a noção de terror (terreo/territor), com o propósito de inspirar o medo como pretexto para dominar e controlar tanto aqueles localizados dentro do território quanto aqueles que são privados de ocupá-lo (HAESBAERT, 2004; HAESBAERT, 2014). Segundo Haesbaert (2004), o esclarecimento acerca desta dupla conotação é fundamental para discutir os processos de des-reterritorialização que serão abordados mais adiante. Deste modo, o autor defende que “Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas o tradicional poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2014, p.57).

No que concerne às dimensões do território explicitadas por Haesbaert (2007) – jurídico-política, simbólico-cultural e econômica – percebemos que a primeira, ou seja, a jurídico-política, diz respeito ao território como um “espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce determinado poder” (HAESBAERT, 2007, p. 40). Refere-se, portanto, às relações espaço-poder. Já a dimensão simbólico-cultural versa sobre a dimensão simbólica e mais subjetiva, na qual o território emerge como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo relativamente ao espaço vivido. Finalmente, quanto à perspectiva econômica, a ênfase é dada à dimensão espacial das relações econômicas e o território é considerado como fonte de recurso e/ou incorporado ao embate entre classes sociais e à relação trabalho-capital.

A partir dessas observações, Haesbaert (2007) define o conceito de territorialização e enuncia, senão o seu contrário, um processo reverso que, inscrito nas redes de poderes, desterritorializa populações:

Se territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, e uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais, é evidente que, como toda relação de poder, a territorialização é desigualmente distribuída entre seus sujeitos e/ou classes sociais e, como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores. (HAESBAERT, 2007, p. 259).

Em função das complexidades que circundam a territorialização assim como a desterritorialização, o autor pontua a indissociabilidade entre essas noções já que, em verdade, o que se tem é um “[...] processo relacional, des-reterritorializador, onde o próprio território se torna mais complexo, por um lado mais híbrido e flexível mergulhado que está nos sistemas em rede [...] e, por outro, menos flexível, marcado pelos tantos muros que separam “incluídos” e ‘excluídos” (HAESBAERT, 2006, p.65). Tal percepção ressalta a impossibilidade de um processo isolado do outro, já que desterritorializar implica em nova territorialização, mesmo que de forma constante e contínuo-sucessiva, tendo em vista a impossibilidade de desvincular as pessoas de um território. Nesse sentido, a des-reterritorialização também está inserida em processos de ordem jurídico-política, simbólico-cultural e econômica. No entanto, para entender tais implicações, é necessário observar como, na atualidade, elas se perfazem face a uma arte de governar neoliberal.

Para Foucault, em Nascimento da biopolítica (2008), a arte de governar, ou seja, a governamentalidade, diz respeito a um

conjunto de relações de poder e de técnicas que permitem que tais relações se exerçam com vistas a um objetivo: a condução da conduta dos outros. Estabelece-se, assim, uma arte de governar a humanidade através de uma prática política calculada, na qual a legitimidade do Estado é fundada a partir de um espaço de liberdade dos parceiros econômicos. Nesse sentido, o mercado é aquilo que se precisa produzir no governo pela arte de governar (FOUCAULT, 2008). Foucault faz uma análise de como duas formas de governo centradas no neoliberalismo produziram essas transformações: o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano da Escola de Chicago. Não cabe aqui adentrar as nuances que cercam essas abordagens, entretanto, vale ressaltar que, para Foucault, passa a ser “necessário governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 165). Assim, as ações levadas a cabo para a consecução desse tipo de política não vão agir sobre o mercado, mas sobre coisas que não são diretamente econômicas. Entra em cena, portanto, um mecanismo no qual a intervenção governamental é discreta do ponto de vista dos processos econômicos e maciça com relação ao conjunto de dados técnicos, científicos, jurídicos, ou seja, do ponto de vista dos dados sociais (FOUCAULT, 2008). A questão essencial é que as intervenções governamentais se dão na própria sociedade, é um governo da sociedade, uma “política social privatizada” (FOUCAULT, 2008). Essa compreensão é importante por desenhar um modo de mirar o neoliberalismo a partir da gestão da vida, através das intervenções voltadas não diretamente para a economia, mas para o social, ou seja, no âmbito da biopolítica – da política sobre o corpo populacional.

Dessa maneira, o que se observa é que os reflexos das alterações ocorrem sob a forma de novos arcabouços institucionais e jurídicos e de processos de renovação urbana que incidem sobre o espaço e sobre as populações que o ocupam. O mote dessas ações está vinculado a discursos de

competitividade entre cidades, fazendo com que as populações vulnerabilizadas e consideradas pobres sejam vistas como um entrave para as novas combinações e alianças entre Estado e empresas. Elas não estão, assim, aquém ou além da arte de governo neoliberal, mas são parte de suas estratégias. Na governamentalidade neoliberal, a cidade-mercado-capital deve produzir a exclusão de determinadas pessoas para garantir sua perpetuação, para garantir, sob o aspecto da cidade, a constante renovação do espaço urbano.

Sob esta perspectiva podemos retornar ao processo de des-reterritorialização mencionados por Haesbaert (2014), que aprofunda a ambivalência do neoliberalismo. Este, mesmo ao criar novas formas de construir e estruturar territórios, segue ampliando as desigualdades com o único intuito de alargar seus mercados.

[...] a desterritorialização, que não é boa nem má em si mesma, não se aplica exatamente a “cidadãos globais” que circulam de forma segura ao redor do mundo, mas muito mais aos subalternos de toda ordem que povoam os espaços “periféricos”, seja da América Latina, seja de cidades globais. Nesse caso, embora não exista uma “desterritorialização absoluta” [...], no sentido da perda completa de nossos territórios, a desterritorialização como “saída de um território” não implica uma reterritorialização [...] melhor ou mais positiva, podendo corresponder a um processo de crescente precarização”.
(HAESBAERT, 2014, p.98)

É a partir deste arranjo conceitual-teórico que, em seguida, trataremos do bairro histórico da Mouraria em Lisboa, Portugal.

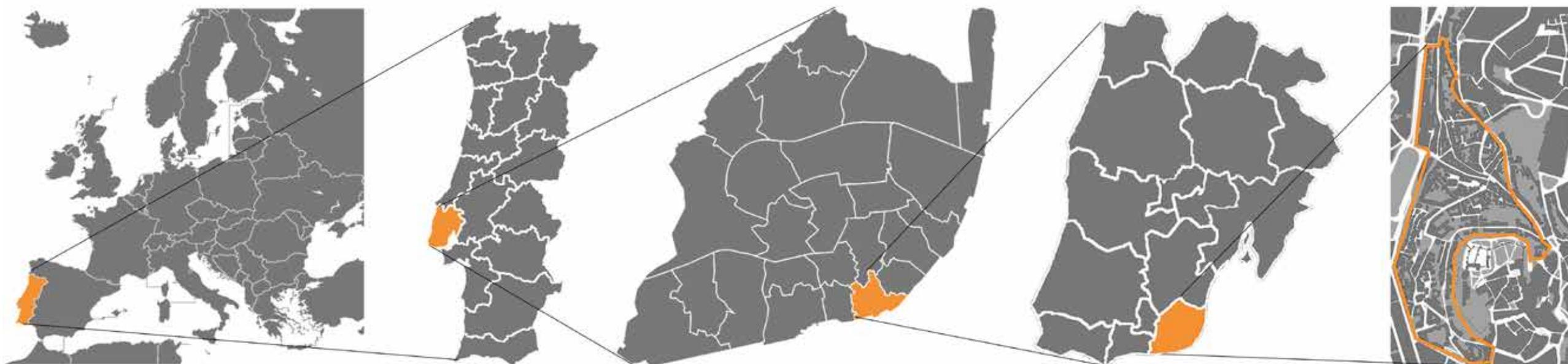
O bairro da mouraria: os mecanismos biopolíticos e a arte de governar neoliberal

A Mouraria está inserida no núcleo histórico e tradicional de

Lisboa, sendo delimitada pelas colina do Castelo de São Jorge, Praça Martim Moniz e a Graça (MAPA 1). Sua paisagem na zona histórica é composta predominantemente por edificações de 4 a 5 pavimentos. Segundo Menezes (2011), com a expansão marítima, Lisboa cresceu voltada para o rio Tejo, enquanto a Mouraria se configurava de “costas viradas”. Tais características mostram que o arrabalde passou a ser, desde o século XV, refúgio de populações menos favorecidas, sendo classificado efetivamente como uma área de bairros pobres a partir do século XVIII. Seu traçado urbano medieval, caracterizado por vias estreitas e tortuosas e extensas escadarias, manteve-se pouco alterado até a primeira metade do século XX, quando uma série de propostas urbanísticas levou à demolição de grande parte da zona baixa do bairro.

Tais propostas de requalificação urbana, iniciadas a partir dos anos 1930, tiveram como objetivo a higienização das zonas centrais, que inclui a Mouraria. Nessa altura, diversas obras públicas foram executadas na tentativa de varrer as “indignas” e “insalubres” habitações populares, substituindo-as por novas edificações (MENEZES, 2009). Dessa forma, entre as décadas de 1930 e 1960, o “urbanismo civilizador” levou a inúmeras demolições (MENEZES, 2012) (FIG. 1) e se tornou instrumento biopolítico vinculado ao planejamento urbano.

[MAPA 1] Localização
Fonte: Baraldi, 2017



Essas ações se aprofundaram em decorrência de uma imagem estigmatizada relacionada ao comércio informal administrado por imigrantes que desde os anos 1970 ali se instalaram em busca de habitações de baixo custo. Conforme já mencionado, as nacionalidades desses comerciantes são distintas – indianos, paquistaneses, chineses, africanos e brasileiros (MENEZES, 2009). Essas pessoas foram agentes diretos na conformação do popular bairro lisboeta, contribuindo para a construção de sua paisagem e de uma realidade urbana que ainda é marcada por múltiplos territórios, etnias e culturas (SALGUEIRO; GARCIA apud MENEZES, 2011).

[Fig. 1] Demolições no Martim Moniz na década de 30 - Fonte: Eduardo Portugal, 1939



[Fig. 2] Largo da Praça Martim Moniz - Fonte: Autoria desconhecida



Em 1982, visando combater a considerada má apropriação do local – em mais uma investida biopolítica – o Plano de Renovação Urbana do Martim Moniz, na região da Mouraria, contou com a construção de dois centros comerciais que são até hoje vistos como edificações desarmônicas frente às características e estilos arquitetônicos do restante do bairro. Contou também com a construção de um imenso largo (FIG. 2), que serviu como estacionamento para veículos até 1997 quando, finalmente, foi reformulado e passou a constituir a atual Praça Martim Moniz (MENEZES, 2009).

Merece ainda destaque o processo que ocorreu em 2009. Naquele ano, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou um programa de revitalização: o Quadro de Referência Estratégico Nacional Mouraria: as cidades dentro da cidade (QREN). O programa surgiu com a finalidade de solucionar problemas tais como o da restauração e da reabilitação física dos conjuntos edificados, com o intuito de reduzir a imagem de degradação advinda da prostituição e do consumo de drogas que estão relacionados à região. A fim de contribuir para aquilo que se pretende valorizar no bairro, como a diversidade cultural e os patrimônios materiais e imateriais, o QREN previa a criação de equipamentos locais e a inserção do bairro na rota turística-cultural de Lisboa através da elaboração de eventos festivos e culturais (LISBOA, 2012a) e a produção de melhorias diretas nas condições de vida através da renovação de ruas, travessas e largos. Em seu âmbito, houve, ainda, a construção de edifícios pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa na Praça Martim Moniz. Foram 160 novos apartamentos e a reabilitação de outros 36 para arrendamento. O intuito foi o de atrair investimentos para proporcionar a ocupação da área por grupos de jovens artistas e estudantes (LISBOA, 2011).

Finalmente, no escopo das políticas urbanas locais, é necessário ressaltar os objetivos vinculados ao atual Plano Diretor Municipal de Lisboa, que “tem como modelo uma cidade que pensa, antes de mais nada, nas pessoas que aqui vivem, trabalham e estudam, na sua segurança e conforto, no reforço dos laços comunitários que emergem dos bairros e no desenvolvimento do potencial criativo e de geração de riqueza” (LISBOA, 2012b, p.11). Para dar margem à execução do Plano, foi estrategicamente viabilizada a formação de PPPs “porque fazer mais com menos é a receita para os tempos de crise” (LISBOA, 2012b, p.11). Esse último aspecto ressalta a principal estratégia utilizada para implementar as transformações que vêm ocorrendo no território da cidade. Tais ações têm buscado a

substituição daquilo que é considerado deteriorado e velho – e, portanto, não competitivo num cenário turístico mundial – pelo que foi transformado em “novo” por projetos de restauração e, conseqüentemente, passível de ser reposicionado no mercado de terras. Mais especificamente na Mouraria, o Plano previu a mudança de usos habitacionais para reforçar a oferta turística e hoteleira e a promulgação de novas formas de comércio e serviços (LISBOA, 2012a).

Em uma outra frente de ações, a partir da década de 1990, a Câmara Municipal de Lisboa passou a dar incentivos fiscais a proprietários que investissem na reabilitação do conjunto arquitetônico do país. Neste contexto, uma série de prédios devolutos e em ruínas foram reabilitados, assim como diversas medidas foram implantadas para a requalificação do tecido urbano graças a financiamentos e parcerias público-privados.

Neste âmbito, é fundamental destacar o programa “Golden Visa” através do qual um estrangeiro que possua 500 mil euros disponíveis para a compra de apartamentos/prédios e/ou 1 milhão de euros em uma conta bancária portuguesa passa a ter o direito à residência em solo português, sendo que, após o sexto ano, passa a ter direito à cidadania portuguesa. Desde a criação do programa até 2016, mais de 1,8 bilhões de euros foram investidos na reabilitação das edificações (ATHENA ADVISERS, 2017). Nesse mesmo escopo, um outro programa denominado “Reabilita Primeiro, Paga Depois” teve como objetivo a venda de edifícios em processo de ruína e/ou desabitados. Nesse programa, o comprador investe na reabilitação do edificado e paga pela compra apenas após as obras terem sido finalizadas (LISBOA, 2012c).

Dentre esses incentivos, devemos ainda pontuar o Novo Código Fiscal de Investimentos (NCFI). O NCFI incentiva empresas a investirem em território português através de benefícios tais como o crédito fiscal do Imposto sobre Rendimento de

Pessoas Coletivas de, no máximo, 25%. Em adição, as empresas são beneficiadas com uma dedução que pode chegar a 100% até o terceiro ano após a verificação do investimento. Ainda, as normativas do NCFI estipulam as inúmeras atividades econômicas que podem ser beneficiárias de tais medidas e, dentre elas, está toda e qualquer atividade relacionada ao turismo ou que possa gerar interesse à indústria do turismo.

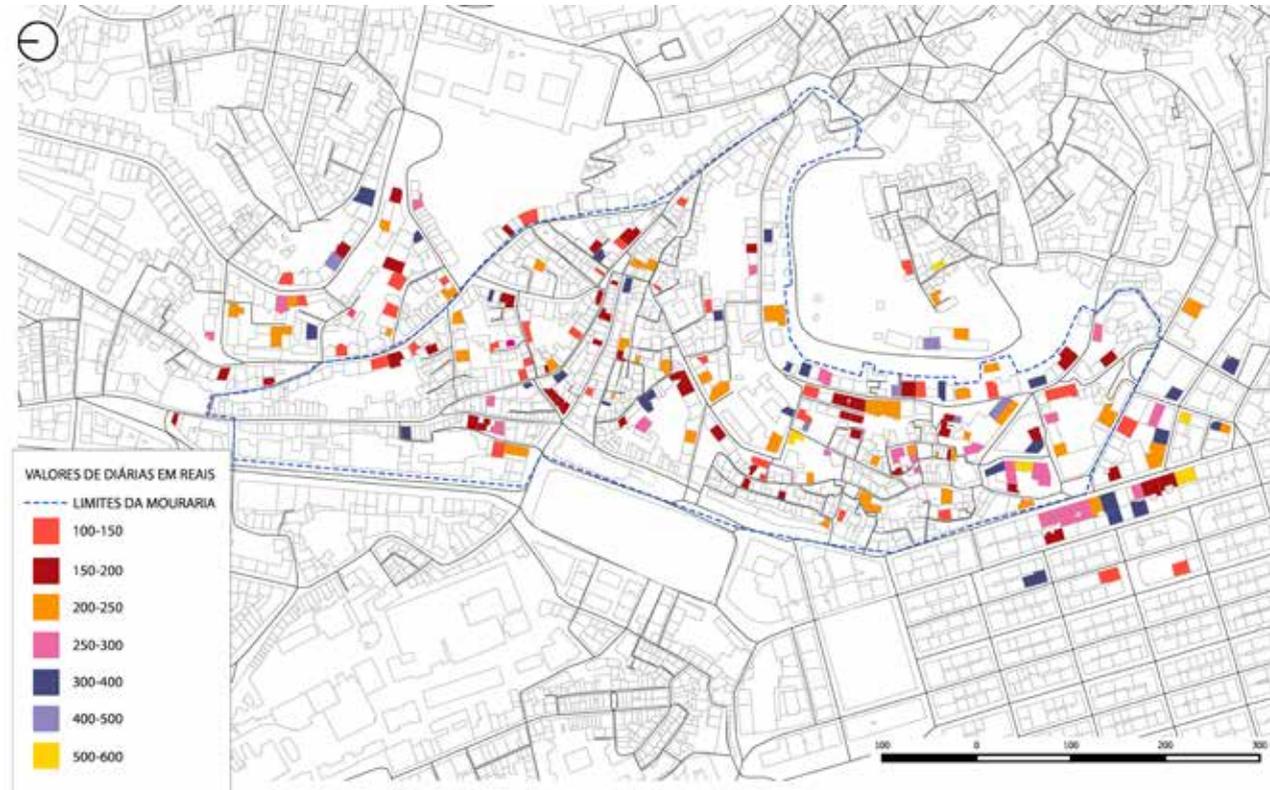
A linha do tempo abaixo (FIG. 3) mostra de forma sobreposta os mecanismos biopolíticos e as questões exploradas acima, e deixa observar como eles se relacionam ou se vinculam. O que se observa, de um modo geral, é que a arte de governar neoliberal tem atuado fortemente sobre o território da Mouraria, governando populações e alijando do território aquelas que não são interessantes para o consumo vinculado à indústria turística, como veremos a seguir.

[...] E a indústria do turismo avança

De modo a verificar as implicações dos mecanismos biopolíticos vinculados ao planejamento urbano e ao incentivo à financeirização dos espaços da cidade, buscamos, através da cartografia, levantar, entre os meses de março e junho de 2016, os apartamentos disponíveis na Mouraria e adjacências através da oferta de locação vinculada ao site Airbnb^[3] e da oferta de apartamentos para a venda. Também cartografamos os edifícios em obras no mesmo período.

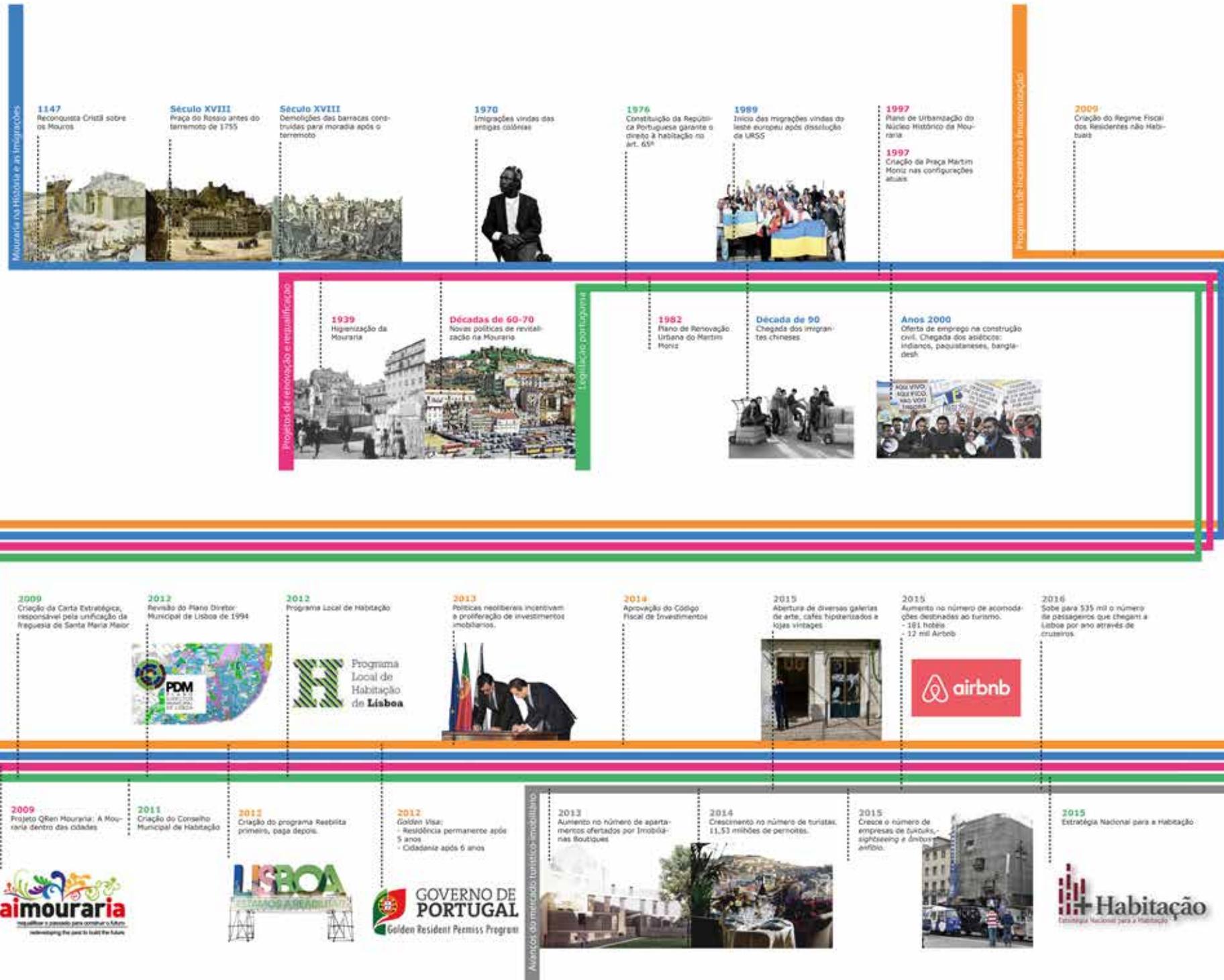
As ofertas Airbnb podem ser observadas no Mapa 2, onde é possível notar que existe maior concentração desses imóveis na região próxima à Costa do Castelo de São Jorge, na Baixa Lisboa e, nos limites do novo parque urbano – Jardim Cerca da Graça. O parque, inaugurado em 2015, liga o histórico bairro da Graça à Mouraria e foi fruto de processos de requalificação urbana. Nessa oportunidade, notamos que, em alguns casos, edifícios inteiros estavam cadastrados na plataforma Airbnb.

[3] O Airbnb é uma plataforma de hospedagens online que reúne casas, apartamentos e quartos para aluguel ao redor do mundo.

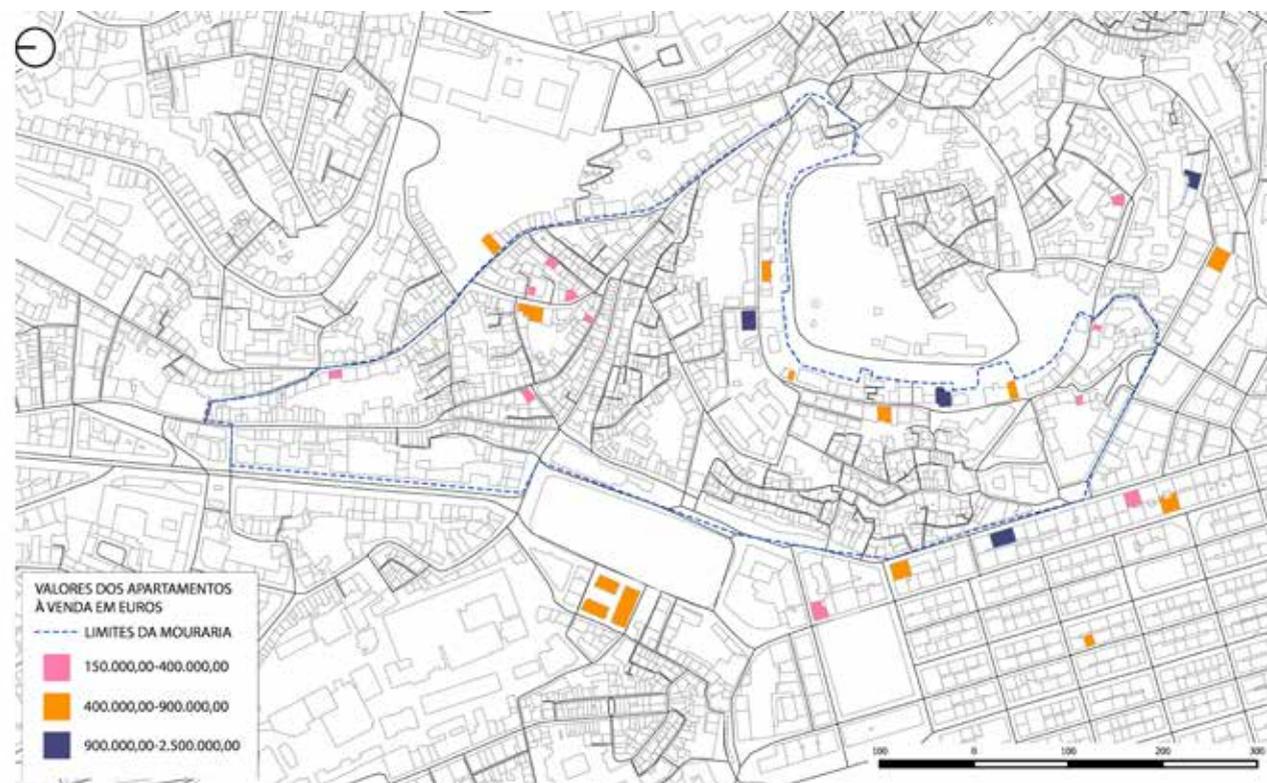


[Mapa 2] Ofertas Airbnb entre os meses de março e junho de 2016
Fonte: Baraldi, 2017

Já o Mapa 3 mostra os apartamentos à venda na Mouraria. Estes apartamentos são, eminentemente, empreendimentos de luxo anunciados a altos preços em imobiliárias boutique com sedes nas principais capitais do mundo. Assim como nas ofertas encontradas no Airbnb, os apartamentos à venda são, em sua maioria, destinados a estrangeiros que, em certos casos, chegam a arrematar não apenas apartamentos, mas o edifício como um todo. Em adição, percebemos que os apartamentos que apresentam valores mais elevados são aqueles que se encontram próximos à Praça Martim Moniz, à Costa do Castelo de São Jorge e ao recém inaugurado Jardim Cerca da Graça.



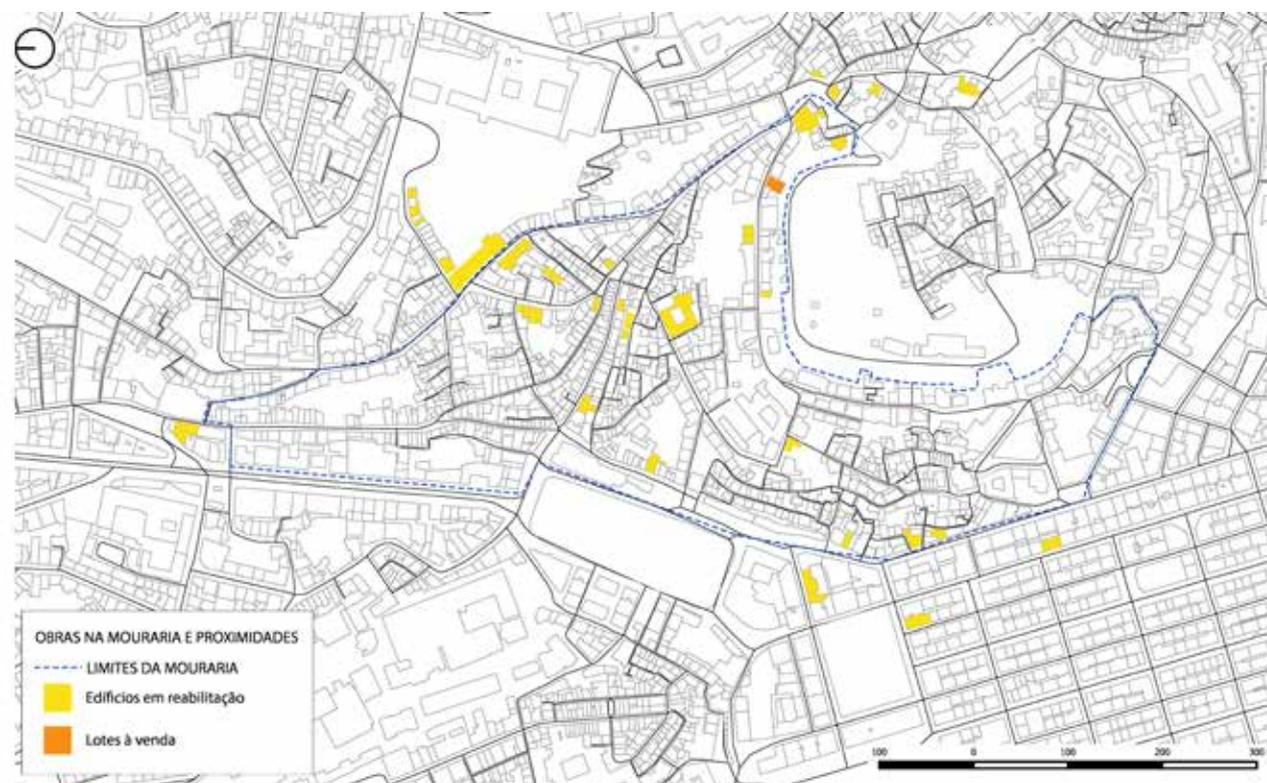
[Fig. 3] Linha do tempo dos processos múltiplos
Fonte: Baraldi, 2017



Finalmente, o Mapa 4 exhibe as edificações em processo de reabilitação no bairro e evidencia a ação de investidores na Mouraria. Novamente, tais investimentos se concentram em largos nas proximidades do Jardim Cerca da Graça, Castelo e Baixa.

Os dados deste último mapa foram levantados durante as atividades que ocorreram no ano de 2016, momento em que pudemos verificar a grandeza das transformações da paisagem urbana e social da Mouraria. Na verdade, não apenas a Mouraria, mas parte relevante de Lisboa se assemelhava a um enorme canteiro de obras. Andaimos e guindastes podiam

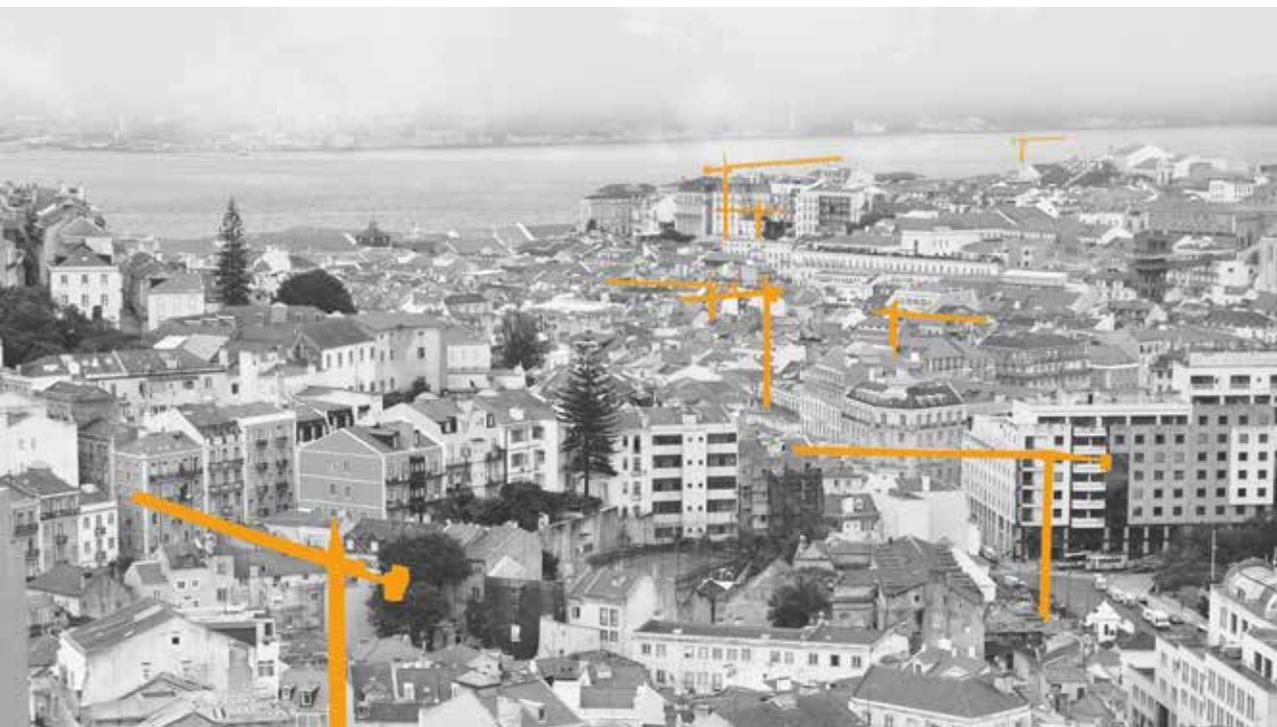
[Mapa 3] Apartamentos à venda entre os meses de março e junho de 2016
Fonte: Baraldi, 2017



[Mapa 4] Obras na Mouraria e proximidades no mês de outubro de 2016
Fonte: Baraldi, 2017

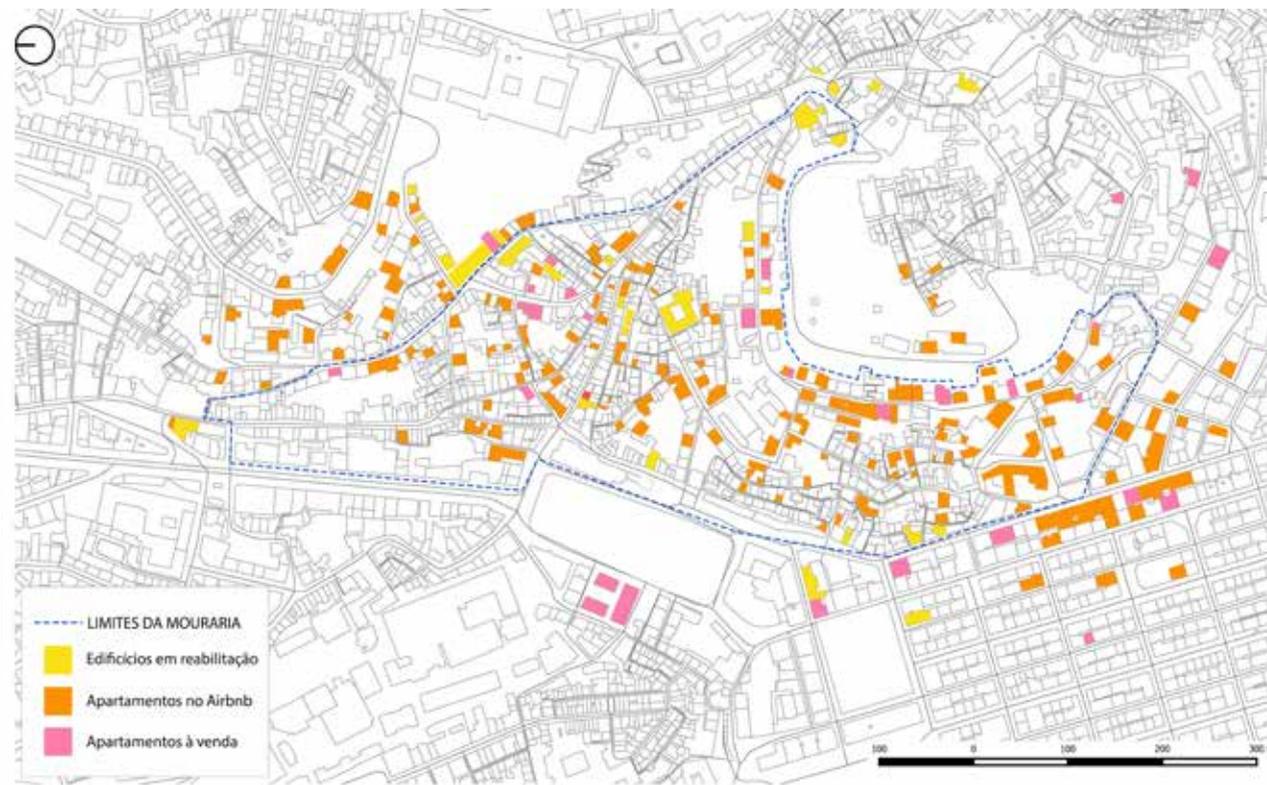
ser avistados a partir de cada uma das sete colinas lisboetas (FIG. 4). Percebemos, também, que tais alterações eram acompanhadas pelo surgimento de inúmeras lojas vintage, cafés “hipsterizados”, hostels, sleep boutiques e galerias de arte, em substituição aos comércios e serviços locais que existiam em grande número, em 2012, no primeiro momento de imersão.

As informações contidas nesses mapas – compiladas no Mapa 5 – espacializam e reforçam o papel que a indústria do turismo tem assumido face à reestruturação do território da Mouraria a partir da arte de governar neoliberal. Tal constatação vai ao encontro de informações divulgadas pela Associação de Turismo



de Lisboa (ATL). Em 2014, segundo a ATL, Lisboa foi, dentre as cidades europeias, aquela que alcançou o maior índice de crescimento da indústria do turismo, ultrapassando 15% em relação ao ano de 2013 e chegando a 11,53 milhões de pernoites de turistas na cidade neste mesmo ano. Ainda, segundo relatório realizado pela Consultora PWC (2015), havia registrados em Lisboa 184 hotéis, sendo que 21 foram inaugurados no ano de 2015. Esse aumento trouxe a disponibilidade de mais de 1600 quartos à cidade. Naquele momento, a expectativa era que, em 2016, houvesse a abertura de 9 hotéis, somando mais 600 quartos. Finalmente, é de interesse mostrar os números relativos aos cruzeiros que atracam no cais à ribeira do Tejo. Para o ano de 2016, estimava-se que um montante de 327 navios chegassem a Lisboa, levando para a cidade, aproximadamente, 535 mil passageiros.

[Fig. 4] Figura 4 - Guindastes na Mouraria
Fonte: Baraldi, 2017



[Mapa 5] Sobreposição das informações levantadas
Fonte: Baraldi, 2017

Que deus nos ajude ou... A gentrificação bate à porta

Como já ressaltado, concomitantemente ao levantamento de dados relacionados à pesquisa, em 2016, foram realizadas atividades de campo – vivência cotidiana do bairro e conversas com seus moradores, comerciantes e trabalhadores – na região da Mouraria. Nesse sentido, embora tenhamos constatado que o avanço das ofertas de acomodações para turistas e investidores estrangeiros – sejam elas Airbnb, hostels, hotéis boutiques ou apartamentos de luxo – venham se intensificando, notamos também que ainda há lugares onde moradores e comerciantes permanecem. É o que se pode perceber, por exemplo, nos arredores da Rua do Benfornoso e na Avenida Almirante Reis. Nelas, indianos, árabes, bengaleses, africanos

e chineses desenvolvem suas atividades cotidianas enquanto conversam e cantam em suas línguas nativas. Foram também observados estabelecimentos e restaurantes de origens asiática que conformam o que é conhecido como a “Pequena Ásia”. Mas, mesmo nesses lugares, foi possível observar, em um levantamento de ofertas de acomodações pelo Airbnb, no presente ano de 2017, o anúncio de imóveis. Desse modo, o questionamento que se levanta é: estaria a gentrificação batendo à porta desses espaços ainda preservados pela sanha especulativa e financeira ligada à commoditização da terra urbana?

Durante o tempo de investigação, percebemos que as falas de pessoas que vivem ou frequentam o bairro são a melhor resposta ao questionamento. Em função da impossibilidade de uma listagem extensa dos depoimentos colhidos, a fala de um comerciante que vive na Mouraria ilustra a situação comum pela qual passam essas pessoas. Tendo vivido há mais de 56 anos no bairro, em companhia de sua esposa, ele tem experimentado o aumento do preço do aluguel e a consequente alteração de seus modos de vida – já idosa, a esposa teve que retornar ao trabalho – para que possam continuar vivendo no local. O casal tem experimentado a ausência dos amigos de longa data que foram forçados a abandonar o bairro devido a vinda de turistas e estrangeiros que contribuíram para a elevação do valor dos aluguéis. Em razão dessas mudanças, ele teme não saber seu destino caso seja igualmente pressionado a deixar sua residência: “Que Deus nos ajude, pois se o preço continuar a aumentar não sei para onde eu e minha senhora iremos”.

A consequência de tais iniciativas é que esse modelo de cidade não atende os moradores tradicionais da Mouraria. Sobre essa questão, vale ressaltar que, em janeiro de 2017, um grupo de acadêmicos constituído por arquitetos, sociólogos e geógrafos redigiu uma carta de apelo ao Governo Português

exigindo providências imediatas a fim de conter os processos gentrificadores que a cidade de Lisboa e, principalmente, os bairros centrais vêm enfrentando nos últimos anos. Eles alegavam dificuldade em encontrar moradias para habitação a preços acessíveis no centro histórico devido ao avanço desenfreado do turismo e da consequente especulação imobiliária. Segundo a Carta: “Nos últimos três/quatro anos, os preços da habitação para arrendamento aumentaram entre 13% e 36%, e para aquisição subiram até 46%, consoante as zonas da cidade” (ALEMÃO, 2017).

Desse modo, podemos afirmar que, sim, a gentrificação está batendo à porta desses espaços ainda preservados pela sanha especulativa e financeira ligada à commoditização da terra urbana. Moradores têm abandonado suas casas por não mais serem capazes de pagar os aluguéis exorbitantes e os locadores tem se voltado para o público que paga um aluguel mais caro por menos tempo. Além disso, as novas formas de comércio não mais condizem com a renda dos moradores antigos que, além dos dilemas econômicos, enfrentam problemas de algazarra trazidos pelos novos estabelecimentos de lazer noturno. Também ocorrem problemas vinculados à identidade sociocultural, já que aqueles que chegam, e rapidamente se vão, não criam laços afetivos com aqueles que ali habitam por décadas.

Teoria e prática: uma análise dos processos vinculados aos territórios da mouraria

Após o exposto nos itens anteriores, cabe-nos, agora, entender os processos que ocorrem na Mouraria à luz do referencial teórico-conceitual utilizado.

No que concerne aos processos de des-reterritorialização constatamos duas situações frente às duas temporalidades atreladas à pesquisa. No ano de 2012, percebemos que a des-

reterritorialização estava vinculada aos processos migratórios que tiveram início no pós-guerra, ou seja, à saída da população de migrantes de seus territórios de origem em busca de novas oportunidades em Lisboa. São processos que não temos tempo para explorar em profundidade^[4], no escopo deste artigo, mas que estiveram vinculados a conflitos relacionados ao mercado de trabalho e a reações de rejeição por parte da população portuguesa.

Já no ano de 2016, pudemos constatar que a des-reterritorialização sofreu uma drástica mudança, já que a Mouraria era o lugar no qual os imigrantes do primeiro momento analisado possuíam condições de reterritorializarem-se. Entretanto, neste período, não só os imigrantes, mas também os portugueses têm sofrido com a exclusão e expulsão de áreas que passam a assumir a função de territórios temporários para turistas e estrangeiros. Nesse sentido, a partir da compreensão de Haesbaert (2007), que vincula a des-reterritorialização a três perspectivas – política, econômica e cultural – podemos aprofundar a análise.

No que tange às dimensões jurídico-política e econômica verificamos que o Governo Português, através de uma governamentalidade neoliberal, regula os espaços da cidade com vistas a ampliar as possibilidades para um mercado turístico. Assume, assim, através dos mecanismos elencados acima, parte do protagonismo vinculado, por um lado, à expansão da indústria do turismo e, por outro, à vinda de novas populações para a Mouraria. De algum modo, podemos perceber, nesse contexto, que há uma seleção frente aos “estrangeiros” que passam a ter acesso ao bairro. Não são mais os imigrantes tradicionais vindos de países considerados subdesenvolvidos – para os quais há, na atualidade, grande controle de acesso ao território português –, mas as elites econômicas representadas por indivíduos com alta renda, pela elite econômica global, que

[4] Para tal, ver: BARALDI, 2017.

acabam por expulsar também portugueses com poder aquisitivo mais baixo. Nesse sentido, cabe compreender que, menos que uma questão de nacionalidade, o que está em jogo é uma exclusão que tem como elemento seletivo as classes sociais. Aos serem des-territorializados da Mouraria, o destino dessas classes econômicas menos favorecidas é o da reterritorialização nas franjas da cidade.

Nesse aspecto, o Estado produz mecanismos biopolíticos de controle de acessos e fronteiras, por um lado, e de aprofundamento do próprio processo de gentrificação, por outro, ao desenvolver programas que trazem benefícios à atividade do turismo para incrementar a economia do país e da cidade. Entretanto, tais programas não têm sido acompanhados por ações e medidas no âmbito do planejamento urbano para garantir que populações não sejam alijadas de seus territórios. Na verdade, este parece ser o intuito de tais políticas.

No tocante à dimensão simbólico-cultural, podemos relacionar a des-reterritorialização à perda do referencial simbólico, vinculado ao espaços de vida, pelos grupos que nele se estabeleceram historicamente. Forçados, pelo avanço das políticas neoliberais, a abandonar o bairro, esses sujeitos vêm-se destinados a construir novas referências simbólico-culturais em localidades muito distintas das que experimentavam cotidianamente. Desse modo, a aplicação da metodologia e do referencial teórico apontados possibilitou, no escopo do recorte proposto, elucidar as relações entre as formas de ocupação da população tradicional da Mouraria e os projetos urbanos de cunho neoliberal e de financeirização na cidade. Em Lisboa, a arte de governo neoliberal passou a ser perpetrada de modo mais aprofundado a partir da década de 1990 e provocou a alteração do papel do Estado, na medida que o mercado se expandiu com o próprio auxílio e com a assinatura desse Estado. O argumento que serve de justificativa para essas ações vai

ao encontro da ideia de que a terra urbana e o território se transformam em ativos empresariais através de sucessivas privatizações. Nesse âmbito, a cidade se transforma, cada vez mais, em agente econômico, por meio de uma nova forma de gestão de seus espaços, o empreendedorismo urbano, que, principalmente através de parcerias público-privadas, faz a urbis suscetível a uma administração do tipo empresarial, na qual a competição e a concorrência são tidas como virtudes primordiais (HARVEY, 2011).

Ainda sob uma perspectiva foucaultina, ressaltamos a atuação de uma prática neoliberal vinculada à lógica de uma nova governamentalidade, ou seja, a um novo conjunto de relações de poder e de técnicas que permitem que as relações de poder se exerçam com vistas a um objetivo: a condução da conduta dos outros. Desse modo, através de uma prática política calculada, o Estado legitima uma lógica fundada a partir de um espaço de liberdade dada a seus parceiros econômicos. O mercado é aquilo que se precisa produzir no governo, pela arte de governar (FOUCAULT, 2008).

Nesse sentido, observamos que os reflexos dessas alterações ocorreram sob a forma de novos arcabouços institucionais e jurídicos através de planos, leis, normas e processos de renovação urbana que incidem sobre o espaço e, conseqüentemente, sobre a população da Mouraria. O mote dessas ações tem se vinculado a discursos de competitividade que fazem com que populações venham sendo vistas como parte das razões da existência de espaços de uma cidade não competitiva. A atuação da racionalidade neoliberal se dá, portanto, no âmbito biopolítico, ou seja, no controle das populações. Assim, os conjuntos de ações conduzidas pelo Estado e pelo governo local não têm buscado arcar com as dívidas históricas vinculadas à exploração e à sujeição dos corpos que deles se apropriaram historicamente, mas com

oportunidade para que a elite controladora da produção dos espaços da cidade possa dar continuidade aos processos homogeneizantes de transformação empreendedorista sobre o tecido urbano. A terra urbana considerada degradada e seu entorno podem ser comprados a baixo preço e, após investimentos a médio e longo prazo, trazem grandes retornos financeiros. É a lógica da destruição criativa do espaço político econômico que se espalha nos tecidos urbanos das cidades.

Conclusão

Percebemos, ao longo da pesquisa, que o Estado neoliberal português associado à indústria do turismo tem se conformado como o grande perpetuador do processo gentrificador na Mouraria. Isso ocorre a partir das medidas de incentivo à financeirização do território e dos inúmeros projetos de requalificação urbana. Entretanto, embora tais medidas visem à reabilitação dos espaços urbano e arquitetônico, defendendo o “bem-estar de todos”, o que de fato fazem é mascarar os reais efeitos do neoliberalismo arraigado ao seu planejamento urbano: “a restauração do poder de classe” (HARVEY, 2011, p. 89). Deveria caber ao Estado perceber que o turismo desenfreado nos bairros históricos de Lisboa leva à extinção daquilo que motiva a vinda desses turistas, ou seja, aquilo que torna a cidade verdadeiramente atraente, a saber, os simbolismos, o pitoresco e as tradições que se perdem em meio a tamanha mercantilização.

* **Karine Gonçalves Carneiro** Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutora em Ciências Sociais (PUC-Minas/2016), mestre em Sociologia com ênfase em Meio Ambiente (FAFICH-UFMG/2006), especialista em Arquitetura Contemporânea (IEC-PUC-Minas/1999) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (EA-UFMG/1996). Pesquisadora do Indisciplinar UFOP e do GEPSA (UFOP)

Cecilia Castanharo Baraldi Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisadora do Indisciplinar UFOP

Ilustração de abertura do artigo
produzida pelo bolsista indisciplinar
Lucca Mezzacapa

Referências:

ALEMÃO, S. **Movimento lança carta a pedir medidas urgentes pelo direito a morar em Lisboa** In: O Corvo, Lisboa, jan. 2017. Disponível em: <<http://ocorvo.pt/2017/01/24/movimento-lanca-carta-a-pedir-medidas-urgentes-pelo-direito-a-morar-em-lisboa/>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

ATHENA ADVISERS. **Golden visa – autorização de residência para atividade de investimento (ARI). Tudo que você precisa saber sobre o Golden Visa português, que abre o caminho legal para uma residência europeia a câmbio de investimento imobiliário.** Disponível em: <<http://www.athenaadvisers.com/pt/golden-visa-properties/>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

BARALDI, Cecilia. **As Territorialidades da Gentrificação na Mouraria e seus Desdobramentos Socioespaciais – estudo de caso: Mouraria, Lisboa, Portugal.** Monografia (Graduação) em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017.

CONSULTORA PWC. **European cities hotel forecast for 2016 and 2017.** Mar. 2016. Disponível em: <<http://www.pwc.com/gx/en/hospitality-leisure/pdf/european-cities-hotel-forecast-2016-2017.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo: Ed. Martins Fonte, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste.** Niterói: Eduff, 1997.

----- **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

----- **A nova des-ordem mundial.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2006.

----- **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

----- **Viver no Limite.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2011. Trad. Abil Sobral e Maria Stela Gonçalves.

LISBOA, Camara Municipal de. **Obras de requalificação arrancam na Mouraria.** Lisboa, 2011. Disponível em: <http://www.aimouraria.cm-lisboa.pt/noticias/visualizacao.html?tx_ttnews%5Btt_news%5D=4284&cHash=b23ca73afc2chttp://jornalggn.com.br/blog/stanilaw-calandrel-i-marques-do-pombal-um-pedreiro-iluminista8bf29d490075e4f4838c>. Acesso em: 10 mai. 2016.

----- **Elementos Cartográfico: Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Mouraria.** Lisboa, 2012a. Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pe/nucleomouraria/plantas.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

----- **Manual Técnico do Plano Diretor Municipal.** Lisboa, 2012b. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pdm/1994/Manual_tecnico_PDM_LX.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2017.

----- **Programa Reabilita primeiro, paga depois.** Lisboa, 2012c. Disponível em: <<http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/reabilitacao-urbana/programas-de-incentivo-a-reabilitacao-urbana/programa-reabilita-primeiro-paga-depois>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

MENEZES, Marluci. **A Praça do Martim Moniz: etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa.** In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 301-328, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200013>. Acesso em: 18 nov. 2015.

MENEZES, Marluci. **'Todos' na mouraria? Diversidades, desigualdades e diferenças entre os que vêm ver o bairro, nele vivem e nele querem viver.** Lisboa, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306516109_ARQUIVO_MARLUCIMENEZES_TEXTO_CONLAB_2011.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2015.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro de 2009. Aprova o Novo Regime Fiscal para Residente não Habitual.** Portugal. Disponível em: <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/83762009-3DC2-47FC-ABBE-35EFE35E8865/0/IRS_RNH_PT.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.